



## Modalidade, paixão e aspecto

Eduardo Calbucci\*

**Resumo:** A complexidade da análise semiótica deve-se, em muitos casos, à indesejada polissemia de alguns conceitos, que nem sempre são empregados da mesma forma por pesquisadores diferentes. Na tentativa de facilitar a utilização de alguns termos técnicos na análise discursiva, este artigo fará uma retomada de três desses conceitos problemáticos: modalidade, paixão e aspecto. Partindo dos primeiros trabalhos de Algirdas Julien Greimas e chegando às conquistas teóricas dos estudiosos da tensividade, como Claude Zilberberg e Jacques Fontanille, procuraremos estabelecer correlações e distinções entre os processos de modalização e de aspectualização, estudando como esses processos interferem na questão das paixões. Começaremos pelas modalidades, mostrando como, de início, a análise modal estava ligada ao percurso do /fazer/ nas transformações narrativas e como o estudo posterior do percurso do /ser/ abriu espaço para as paixões. Em seguida, discutiremos como as paixões entraram na análise semiótica e como esse conceito está intimamente associado ao problema da tensividade. Por fim, trataremos do aspecto: primeiro de acordo com uma definição morfológica e, depois, aumentando-lhe o raio de alcance teórico, para tentar abarcar algumas das acepções atuais da noção de aspectualização. A todo tempo, teremos a preocupação de posicionar nossa discussão dentro dos níveis do percurso gerativo de sentido.

**Palavras-chave:** modalidade, paixão, aspecto, modalização, aspectualização

ENTRE OS MUITOS TERMOS QUE HOJE fazem parte da metalinguagem semiótica, existem aqueles que — ou por serem emprestados da linguística ou por serem usados comumente na língua geral — precisam ser constantemente reestudados e redefinidos, numa busca constante pela precisão conceitual, para que se garanta, na medida do possível, a monossemia e a monorreferencialidade que se exigem dos termos técnicos. Neste artigo, preocupar-nos-emos com três deles: modalidade, paixão e aspecto.

Na semiótica, Greimas apresenta o conceito de *modalidade* no artigo “Pour una théorie des modalités”, publicado, em 1976, na revista *Langages*, e, depois, no volume *Du sens II* (1983). Entre as duas publicações desse artigo, o primeiro *Dicionário de semiótica* (Greimas; Courtés, 1979) dava grande atenção a esse conceito.

Na linguística e também na lógica, há diversas acepções de modalidade. No *Dicionário de linguística*, por exemplo, há cinco entradas para esse verbete (Dubois *et al.*, 2001, p. 413-141). Entre todas elas, há em comum a ideia de modalidade como uma maneira de o enunciador caracterizar o conteúdo de seu enunciado, dando-lhe uma feição específica, o que pode ser feito,

por exemplo, pelo tempo ou pelo modo verbal, pelo verbo auxiliar, pelo advérbio. Assim, categorias como possível, necessário, obrigatório, verdadeiro, crível, interdito fazem parte do universo modal, uma vez que exprimem a atitude, a avaliação do enunciador em relação ao enunciado.

Na lógica clássica, e especialmente no Aristotelismo, a modalidade é entendida como “característica das proposições segundo a qual a relação que elas exprimem é ou enunciada a título de fato, ou declarada possível, ou declarada necessária ou contingente” (Lalande, 1999, p. 690-691). Por causa dessa definição, muitos linguistas tomaram a modalidade como a reunião dos “diversos modos de considerar o predicado da frase como verdadeiro, contingente (ou necessário), provável (ou possível)” (Dubois *et al.* 2001, p. 414).

Em meio às diversas particularidades da noção de modalidade, Greimas começa a definir a modalização semiótica como “uma modificação do predicado pelo sujeito”. Esse sujeito modalizador deve estar “suficientemente determinado”, e “o lugar de surgimento das modalidades” é o *ato*, tomado como aquilo “que faz ser”, ou seja, que é base de uma transformação (1983, p. 67).

\* Universidade de São Paulo (usp). Endereço para correspondência: (riobaldo@terra.com.br).

Em relação aos atos de linguagem, não se lhes tem acesso diretamente, uma vez que eles se manifestam “nos seus resultados e por meio deles, sob a forma de um *enunciado*, enquanto a *enunciação* que o produz só possui estatuto de pressuposição lógica”. De fato, o ato “se origina de uma realidade desprovida de manifestação linguística” e só pode ser apreendido *a posteriori*, num processo de “reconstrução lógico-semântica” (Greimas, 1983, p. 67).

A noção de ato de linguagem remete à dimensão narrativa da enunciação, já que, se o ato é base de uma transformação e se a transformação é o princípio estruturador da narrativa, a enunciação — pressuposta pela existência dos atos de linguagem — apresenta também sua narratividade.

Mas o conceito de modalização, num primeiro momento, foi utilizado nas análises do nível narrativo e não chegava à problemática da enunciação, ainda incipiente nos anos 80. Modalizar seria fazer com que um predicado regesse outro. Em princípio, o predicado regente ou modal seria constituído por uma das quatro modalidades fundamentais (Greimas, 1983, p. 77): /querer/, /dever/, /poder/ e /saber/. Já o predicado regido ou descritivo seria constituído pela modalidade do /fazer/.

É por meio desse raciocínio que surgem as modalidades deonticas do /dever-fazer/ e do /poder-fazer/, a volitiva do /querer-fazer/ e a epistêmica do /saber-fazer/. Essas modalidades chegaram a ser chamadas de sobremodalizações. Esse conceito, criado por Greimas, poderia ser definido como a combinação de duas modalidades: uma modalidade regente e outra regida. Mas o fato é que o termo sobremodalização acabou sendo pouco utilizado. Tanto é verdade que o primeiro *Dicionário de semiótica* nem registra esse verbete.

A modalização do /fazer/ é essencial para a sintaxe narrativa, já que ela é a base das duas primeiras fases da sequência narrativa canônica: a manipulação (em que o /dever/ e o /querer/ estão em ação) e a competência (em que agem o /poder/ e o /saber/). Para completar a estrutura modal da sequência narrativa canônica, teríamos a *performance*, que seria o próprio /fazer/, e a sanção, que, na dimensão cognitiva, dependeria das modalidades veridictórias.

Essa forma de estudo da modalização, com ênfase nas modalidades factitivas, deu origem a uma semiótica da ação e contribuiu decisivamente para o avanço dos estudos narrativos. No entanto as modalidades factitivas não são únicas. Além delas, existe a modalização do /ser/, como discutiremos a seguir, e algumas estruturas modais mais complexas, principalmente as ligadas ao /crer/. Em *Semiótica das paixões*, Greimas e Fontanille, ao abordar a intrincada questão dos modos de existência e do sujeito potencializado, chegam, num

esboço teórico, a associar a posição da não-disjunção à modalidade do /crer/, pois “o sujeito de busca, antes de receber o querer e o dever, é instaurado quando descobre a existência de um sistema de valores e [...] essa instauração prévia faria dele um sujeito potencializado” (Greimas; Fontanille, 1993, p. 53-54). Assim, a existência plena do sujeito pressuporia a descoberta, a tomada de consciência de um sistema de valores, uma vez que apenas as quatro modalidades fundamentais não seriam suficientes para garantir a ação.

[...] de fato, não basta que o sujeito disponha de todas as competências virtualizantes e atualizantes para que aja e se realize. É preciso também que ele *creia querer*, *creia dever*, *creia saber* e *creia poder*; em suma, que creia em sua competência e, de modo mais geral, creia no sistema de valores em cujo seio sua ação vai se inscrever (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 254).

Essa questão do “sistema de valores” (e, portanto, do /crer/), que antecede a realização narrativa, remete ao nível discursivo, pois esse sistema se vincula ao contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário, de modo que a modalidade do /crer/ ajuda a construir as relações de persuasão do texto<sup>1</sup>. A conclusão é a de que essa modalidade pode ser um dos caminhos para um estudo mais cuidadoso da dimensão narrativa da enunciação.

Greimas e Courtés afirmam que as quatro modalidades fundamentais são “capazes de modalizar tanto o ser quanto o fazer”. Portanto haveria, considerando “a natureza do enunciado a modalizar”, “duas grandes classes de modalizações: a do fazer e a do ser” (Greimas, 1983, p. 283).

A esta altura da pesquisa semiótica, enquanto o /querer/, o /dever/, o /poder/, o /saber/ e mesmo o /crer/ tinham o estatuto de modalidades, de predicados regentes, o /ser/ e o /fazer/ eram apenas o “enunciado a modalizar”, o predicado regido.

Durante algum tempo, a modalização do /fazer/ concentrou a maior parte da atenção dos semioticistas. Até que, esgotada essa fase da pesquisa, começaram a surgir mais trabalhos sobre a modalização do /ser/.

Esses trabalhos partiam dos níveis mais abstratos de análise semiótica. A categoria tímica já funcionava como uma projeção de um valor sobre uma categoria semântica. Esse valor fórico, para usar a expressão consagrada, converte-se em valor descritivo no nível narrativo. O valor descritivo, que determina a relação que o sujeito estabelece com o objeto figurativo, configura uma estrutura modal: o objeto figurativo possui um sema qualquer e, neste sema, há

<sup>1</sup> A esse grupo pertenceria, por exemplo, uma modalidade como a do /fazer saber/, que poderia ser uma representação modal do *ato de linguagem*.

uma modalidade investida. Não se trata mais de /fazer/ algo, mas de /ser/ algo.

É claro que, nos discursos realizados, é comum haver compatibilidades entre os caminhos trilhados pela modalização do /fazer/ e a do /ser/. Mas também é inegável que as modalidades factitivas associam-se sobretudo à ação, à *performance* e que, por isso, não permitem um estudo mais cuidadoso dos estados de alma do sujeito. Daí a importância da modalização do /ser/, que, ao mesmo tempo, incorporou uma certa dose de instabilidade às análises narrativas e desencadeou as reflexões sobre as paixões.

Atualmente, pensa-se muito na relação entre a modalidade e a questão da focalização, que se define “pela porção da frase sobre a qual recai [...] a ênfase” (Dubois *et al.*, 2001, p. 279). Se a modalização é uma forma de focalizar parte de um enunciado, na medida em que “ela se baseia [...] na particularização do processo”, o que interessa, nesse caso, não é somente “sua realização em discurso”, mas as “condições prévias desta realização” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 247). Há precondições, pois, para a existência de um predicado, para o /ser/ discursivo, de tal modo que se forma “um *déficit* de atualização discursiva”.

O próprio fato de enunciar a condição modal do processo instaura uma defasagem entre o foco modal e o processo em si mesmo, de modo que o foco modal impõe uma orientação, um *devoir* que leva da condição à realização (Idem, 2001, p. 248).

O foco enunciativo e o *déficit* de atualização, quando tratamos de enunciados modalizados, impõem-se como marcadores de intencionalidade. A diferença entre “eu danço” e “eu devo dançar”, por exemplo, constrói-se a partir da necessidade, pressuposta pela modalidade deontica, de, na segunda frase, reconhecermos “ao mesmo tempo a possibilidade de ‘não fazer’ tanto quanto a de ‘fazer’”. Assim o foco enunciativo leva ao *déficit* de atualização, que, por sua vez, remete a uma “estrutura conflitual subjacente”, implicando, “quanto ao processo, uma estrutura tensiva e agonista e, quanto à enunciação, uma polifonia” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 249). Por fim, essa estrutura tensiva conflitual funciona como abertura de um “*imaginário*”, na medida em que a convivência de dois tipos de forças multiplica as tramas possíveis” (Idem, 2001, p. 250). Ora, todas essas

[...] propriedades da modalização linguística (foco enunciativo, *déficit* de atualização, dispositivo conflitual subjacente, abertura de um *imaginário*) permanecem pertinentes em semiótica narrativa, e explicam [...] por que o desenvolvimento da teoria semiótica das modalidades desembocou na das paixões (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 252).

Com efeito, o aumento da complexidade das tramas narrativas e discursivas provocado pelos enunciados modais, sem deixar de inserir-se no universo das modalidades factitivas, incide também sobre o /ser/ do sujeito, uma vez que a forma de modalizar o /fazer/ vai dando pistas de como, no final das contas, ele é.

Assim, a análise das paixões foi uma maneira encontrada pela semiótica para tentar, na passagem da modalização do /fazer/ para a modalização do /ser/, explicar (e sistematizar) os conflitos potenciais nos enunciados modalizados. No entanto, no início das análises passionais, houve sempre a preocupação de não cair no mero psicologismo:

O risco do “psicologismo”, de se retomarem estudos de caracteres e de temperamento, afastou sempre a linguística e a semiótica desse ângulo da análise do discurso. O amadurecimento e a segurança, atualmente alcançados, permitiram à semiótica enveredar pelos meandros das paixões, sem medo de perder um espaço duramente alcançado ou de voltar caminho (Barros, 1988, p. 55).

Ainda no final dos anos 80, operava-se com uma definição de paixões, de acordo com a qual elas seriam “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito” (Barros, 1990, p. 61). Esses efeitos de sentido são produzidos pela combinação entre as modalizações e estruturam, inicialmente, a dimensão passional do texto. Essas modalizações funcionariam, portanto, como condições prévias para a *performance*. No entanto não se deve considerar que as paixões sejam apenas precondições para que o sujeito chegue à conjunção com o objeto de valor; na realidade, por “oposição à ação, a paixão pode ser considerada como uma organização sintagmática dos ‘estados de alma’ e manifesta-se pela projeção da modalidade do /ser/ sobre os sujeitos narrativos” (Greimas; Courtés, 1986, p. 162).

Essa oposição entre a paixão e a ação, análoga às distinções entre o /ser/ e o /fazer/, embora presumível, não é inequívoca. É certo que, para compreender as definições iniciais de paixão, é interessante tomá-la como uma categoria distinta da ação. Entretanto, ao mesmo tempo em que paixão se configura como um “estado de alma” (o que lhe dá realmente um estatuto diferenciado do da ação), as modalizações que a originam são também condições prévias para a *performance* (o que a aproxima da ação). Por isso, mais recentemente, ao deixarmos “de lado uma abordagem moralizada da paixão, somos levados [...] a abandonar as oposições clássicas [...] entre a ação e a paixão” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 298). Isso se dá porque, enquanto a ação seria “uma redução da complexidade discursiva”, a paixão não poderia ser reduzida a apenas um de seus componentes, já que ela é “caracterizada ao

mesmo tempo por suas propriedades sintáticas — é um sintagma do discurso — e pela diversidade dos componentes que reúne” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 297).

Atualmente, não se consideram ação e paixão categorias opostas, pois aquela admite uma redução da complexidade discursiva que esta não admite. Temos então uma relação que parece ser mais hipotática do que opositiva. Na verdade,

[...] a semiótica da ação escolheu a simplicidade, para reduzir o domínio de pertinência e aumentar a inteligibilidade lógica da ação propriamente dita, enquanto o ponto de vista da semiótica das paixões é o da complexidade, isto é, o das correlações entre dispositivos e dimensões provenientes de diversos níveis do percurso gerativo (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 298).

Pensando nos componentes que as paixões reúnem e que originam sua estrutura complexa, são duas as dimensões básicas que se associam para gerá-las: as dimensões modais e as fóricas<sup>2</sup>. Essa ideia já estava presente em *Semiótica das paixões*, obra em que Greimas e Fontanille afirmam que, para analisar as paixões, é necessário recorrer a duas variáveis: a modalização dominante e a aspectualização (de que trataremos mais adiante). Recorrendo às definições das paixões nos dicionários, os dois semioticistas encontraram “uma série de denominações taxinômicas que constituem como que grandes classes da vida afetiva” (1993, p. 84).

A taxinomia conotativa resultante da nomenclatura passional resultou em oito paixões-lexemas: *sentimento, emoção, inclinação, tendência, humor, suscetibilidade, temperamento e caráter*. Essas denominações taxinômicas podem ser sistematizadas segundo quatro critérios: a disposição, a manifestação, a modalização e a competência, sendo que os dois primeiros estão intimamente ligados à aspectualização. Na perspectiva aspectual, a disposição passional pode ser permanente, durável ou passageira, e sua manifestação pode ser contínua, com episódios ou isolada. Em relação à modalização dominante, o /querer/, o /poder/ e o /saber/ podem estar em primeiro plano ou, em alguns casos, pode haver mais de uma modalização dominante. Essa modalização dominante remete à modalidade básica que estrutura a manifestação passional. Essas classes passionais em questão “apresentam-se mais ou menos como variedades da competência no sentido amplo” (*Idem*, 1993, p. 85), que, por sua vez, pode ser reconhecida, suposta ou negada.

<sup>2</sup> Cf. Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 298. Essa noção já estava presente no segundo *Dicionário de semiótica*: “[a paixão] incide sobre o /ser/ dos sujeitos, submetidos a uma dupla modalização, que os torna sujeitos semióticos: uma modalização é a do /querer/ e a outra é operada pela categoria tímica” (Greimas, 1986, p. 162). Como o conceito de *foria* tem sido usado pela semiótica em substituição à categoria tímica, percebe-se que a ideia de que a paixão se estrutura a partir de uma dimensão modal e outra fórica já estava presente no segundo dicionário de Greimas e Courtés.

A cólera, a vingança, a curiosidade, o ciúme, a indiferença, a avareza, o medo, a vergonha são exemplos de paixões estudadas pela semiótica. A curiosidade, por exemplo, é uma paixão simples, pois ela se estrutura a partir da modalidade do /querer-saber/; já a vingança e o medo seriam paixões complexas, pois existe um sintagma passional que as constitui. Esse sintagma pressupõe uma sucessão de estados e uma combinação de modalizações.

Assim, o sujeito passional age de um modo que permite apreender seu /ser/. Mais do que um sujeito que faz isso ou aquilo, ele é colérico, vingativo, curioso, ciumento, indiferente, avaro, medroso ou envergonhado. Como esse seu “estado de alma” vai interferir na ação, depende das configurações discursivas específicas dos textos, mas seria, desde já, possível estabelecer homologações entre as modalidades e os quatro elementos — realização, atualização, potencialização, virtualização — que formam o quadro semiótico dos modos de existência (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 143).

O *Dicionário de semiótica* trata das modalidades exotáticas (dever, poder e fazer) e endotáticas (querer, saber e ser), sendo que o /dever/ e o /querer/ seriam virtualizantes, o /poder/ e o /saber/, atualizantes e o /fazer/ e o /ser/, realizantes (Greimas, 1983, p. 283). Fontanille e Zilberberg, ao proporem a inclusão das modalidades potencializadas nesse percurso, consideram o /assumir/, sua forma endógena (ou seja, na “perspectiva predicativa”), e o /aderir/, a exógena (na perspectiva “actancial”). Nesse caso, a potencialização se associa ao universo das “crenças”, a virtualização, às motivações (fase da manipulação), a atualização, às “aptidões” (fase da competência) e a realização, às efetuações (fase da *performance*), tanto no percurso do /fazer/ quanto no do /ser/. Isso é o que define as “modalizações existenciais” (*Idem*, 2001, p. 256).

A maneira de vincular “o percurso tensivo que leva à realização” (Greimas, 1983, p. 283) aos modos de existência gera uma outra dificuldade. Num primeiro estágio da análise modal, o /fazer/ e o /ser/ tinham o estatuto de predicado regido, funcionando como elemento modalizado. O /querer/, o /dever/, o /poder/ e o /saber/ (e, posteriormente, o /crer/) é que eram as modalidades plenas. Porém, ao propor a inclusão do /fazer/ e do /ser/ no grupo das modalidades realizantes, tanto Greimas e Courtés, quanto Fontanille e Zilberberg dirimem essas distinções entre predicados regentes e regidos.

[...] a partir do momento em que o ser e o fazer são considerados da mesma classe

que as outras modalidades, coloca-se a seguinte questão: o que então as modalidades modalizam? E, mais precisamente, o que as modalidades existenciais modalizam? [...] As modalizações existenciais modalizariam pois a presença, isto é, uma predicação diretamente saída do ato perceptivo (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 256).

Assim, passa-se a considerar as modalidades não como “categorias fixas”, mas, sim, como “diferentes equilíbrios do desdobramento da intensidade e da extensidade num campo perceptivo”, o que leva, inevitavelmente, à “questão da gradação das modalidades, já postulada a propósito das correlações tensivas que as unem nos dispositivos passionais” (*Idem*, 2001, p. 256-257).

Essas “correlações” se constroem, como dissemos, a partir de “um complexo modal e um complexo fórico” (*Idem*, 2001, p. 314). As modalidades passam a ser vistas sob a perspectiva das valências tensivas, de tal modo que elas podem intensificar-se ou amainar-se quanto às subdimensões do andamento e da tonicidade, expandir-se ou retrair-se quanto às subdimensões da temporalidade e da espacialidade, o que caracterizaria a euforia ou a disforia, a tensão ou o relaxamento. A instabilidade das paixões leva à instabilidade das modalidades, e vice-versa. O “eu devo dançar” não é só uma necessidade. Esse tipo de enunciado contém uma modalidade deontica que pode ser mais ou menos durativa, mais ou menos suficiente, mais ou menos ampla, mais ou menos fechada, o que acaba por determinar também se ação ocorrerá ou não. Cabe estudar, portanto, a maneira como as modalidades se projetam sobre os eixos da intensidade — aproximando-se do pico ou da fraqueza — ou da extensidade — aproximando-se da difusão ou da concentração.

Ao modalizarem a presença, o /ser/ e o /fazer/ definem a “densidade” dos modos de existência (*Idem*, 2001, p. 256). Mas ainda seria preciso distinguir, com mais cuidado, o estatuto dessas modalidades realizantes, confrontando-as com as modalidades básicas (atualizantes e virtualizantes) e com o grupo das modalidades potencializantes.

As modalidades, vistas sob uma perspectiva tensiva, e as paixões transformam as “entidades discretas” em “entidades graduais”, o que, em última instância, depende sobretudo das necessidades da análise específicas de cada enunciado, de tal modo que, às vezes, será preciso “isolar unidades modais” — o que pressupõe a discretização — e, em outros casos, pretende-se “estabelecer correlações” — o que implica a gradualização (*Idem*, 2001, p. 257).

Ao estudar as maneiras que o enunciador tem de modalizar seu enunciado, somos obrigados a discutir também o problema da aspectualização. Fontanille

e Zilberberg, citando a linguística moderna, colocam a aspectualização no mesmo nível da modalidade (e ao lado da topicalização e da diátese), entendendo-as como “operações que caracterizam o foco enunciativo” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 246). Especificamente a aspectualização “desiste de tratar o processo como um todo e segmenta-o para realizar apenas uma fase” (*Idem*, 2001, p. 247).

No primeiro *Dicionário de semiótica*, afirmava-se que, embora a aspectualização possa “caracterizar os três componentes, que são a actorialização, a espacialização e a temporalização, constitutivos dos mecanismos de debreagem”, somente “a aspectualização da temporalidade [...] permitiu, até o momento, elaborações conceituais que merecem ser consideradas, interpretadas e completadas” (Greimas, 1983, p. 29). Isso explica por que, durante algum tempo, o aspecto foi tomado quase que somente como “uma sobredeterminação da temporalidade” — expressão do *Dicionário de semiótica* retomada, por exemplo, por Fiorin (1989, p. 349) —, embora pudéssemos também falar numa sobreterminação de quaisquer categorias debreadas.

De fato, na maior parte das vezes em que se definiu o conceito de aspectualização, ele foi associado à categoria temporal. Na linguística, considera-se que “aspecto é uma categoria gramatical que exprime a representação que o falante faz do processo expresso pelo verbo [...], isto é, a representação de sua duração, de seu desenvolvimento ou de seu acabamento” (Dubois *et al.*, 2001, p. 73). Talvez por isso, Maingueneau, quando analisa as questões aspectuais em seu *Approche de l'énonciation en linguistique française*, só trata do aspecto na perspectiva temporal (1981, p. 45-53).

Tratando do fenômeno do aspecto verbal, Mattoso Câmara cita, em seu *Dicionário de fatos gramaticais*, seis efeitos de sentido produzidos pela aspectualização: aspecto pontual, aspecto cursivo (ou durativo), aspecto conclusivo, aspecto permansivo, aspecto incoativo e aspecto iterativo (1956, p. 40-42). Haveria então casos em que o aspecto é marcado pela flexão verbal, como no caso do aspecto pontual do pretérito perfeito, em oposição à duratividade, à inconclusividade do imperfeito. Mas, muitas vezes, estamos diante de uma noção mais semântica do que morfológica. Embora Mattoso mostre que certos sufixos — como *-ecer* “para o aspecto incoativo” ou *-itar* e *-ejar* “para o aspecto iterativo” — marcam aspectos verbais, isso também pode ocorrer com certos “semantemas verbais” (Câmara Jr., 2007, p. 71-73), que indicariam pontualidade (cair), incoatividade (partir), conclusividade (chegar), duratividade (andar) ou permansividade (saber).

O fato de a aspectualização ter sido estudada, com muito mais cuidado, na categoria de tempo não é gratuito. Na verdade, quando Benveniste trata da subjetividade da linguagem num ensaio de 1958 (Ben-

veniste, 1995, p. 284-293), começando a conceber o aparelho formal da enunciação, conceito desenvolvido num artigo de 1970 (Benveniste, 1989, p. 81-90), ele dá muito mais espaço à categoria de tempo do que às de pessoa e espaço. Isso se deve, em grande parte, à própria tradição dos estudos gramaticais, que se aprofundavam muito mais nas discussões sobre os efeitos de sentido produzidos pelos tempos e modos verbais do que nas análises desses mesmos efeitos em relação aos pronomes pessoais, aos demonstrativos ou aos advérbios locativos. Assim, ao incorporar as conquistas desses estudos gramaticais, as teorias da enunciação não partiram da “estaca zero” no momento de analisar a aspectualização temporal. O mesmo não se pode dizer da aspectualização actancial e espacial.

É por isso que hoje, trinta anos após a publicação do primeiro *Dicionário de semiótica*, as questões aspectuais continuam sendo muito mais lembradas na análise da categoria temporal do que nas demais. Porém a dificuldade de estudar a aspectualização em grau mais amplo não decorre apenas da falta de equidade entre as três categorias enunciativas. A própria definição de aspectualização gera controvérsias. Muitos linguistas operam com uma definição estrita de aspecto, de modo que ele seria um ponto de vista sobre a ação, indicado por morfemas gramaticais. Assim haveria uma diferença entre o aspecto e as formas verbais aspectuais, que exprimiriam “o processo em seu desenvolvimento”, “como *ir, acabar de, estar em vias de, estar a ponto de, começar a*, seguidos de infinitivo” (Dubois *et al.*, 2001, p. 73). Maingueneau corrobora a importância dessa diferenciação: “O aspecto propriamente dito designa um sistema fechado de oposições morfológicas que concerne a todos os verbos”. Para ele, nem mesmo a sufixação poderia ser considerada um caso prototípico de aspectualização. Por isso, ele propõe o conceito de “*modos de processo*”, para designar a incoatividade, a duratividade, a terminatividade, a iteratividade, a pontualidade, que seriam “inerentes ao significado dos verbos” (1996, p. 42). No entanto, ele reconhece que, a despeito dessa definição mais específica de aspecto, existem “fenômenos aspectuais, que recobrem todas as outras marcas linguísticas [que não os gramemas] associadas à determinação do modo de desenvolvimento do processo” (Maingueneau, 1981, p. 45).

A dúvida que fica a respeito do problema da aspectualização temporal é justamente esta: seu estudo recai apenas sobre os casos contemplados pela definição *stricto sensu* de aspecto ou ele pode ser projetado sobre qualquer manifestação dos fenômenos aspectuais? Parece-nos que a segunda hipótese é mais aceitável, principalmente se considerarmos que a primeira hipótese reduziria demais o alcance da aspectualização, além de ser incoerente com o modelo semiótico de análise textual, que considera as três categorias discursivas como aspectualizáveis, a despeito das dificuldades

de fazê-lo com a pessoa ou o espaço.

Portanto, na semiótica, abandonou-se a definição morfológica de aspecto, o que permitiu ampliar o raio de alcance do conceito. Assim a discussão sobre a demilitação ou não-delimitação do espaço, a questão da abertura ou do fechamento, a análise do excesso ou da suficiência dos atores passam a ser consideradas formas de aspectualização.

O que houve então foi uma espécie de flexibilização da noção de aspectualização. De um lado, isso permite operar com o aspecto não apenas sobre as categorias temporais, o que é positivo para a análise semiótica. De outro, vem a dificuldade de (re)definir esse conceito com precisão. No segundo *Dicionário de semiótica*, por exemplo, há quatro entradas para esse verbete, cada uma delas escrita por um pesquisador diferente.

Na primeira, Françoise Bastide procura expandir a aspectualização para as categorias de espaço e pessoa, mostrando que é possível “discursivizar o espaço em termos de distância entre dois lugares ou de acessibilidade ao olhar” ou “falar de aspectualização actancial se o discurso procede a uma comparação entre dois atores que realizam a mesma *performance*” (Greimas; Courtés, 1986, p. 19-20). Na segunda, Per Aage Brandt trata fundamentalmente “da problemática do sintagma verbal”, propondo uma “categoria semântica de cadência” que produziria os “*valores aspectuais*” (*Idem*, 1986, p. 20-22). Na terceira, Marco Jacquemet entende a aspectualização como “*modalidade cognitiva*”, como um “mecanismo que administra, instituindo-os, os limites e os graus do processo narrativo” (*Idem*, 1986, p. 22).

Na quarta, Claude Zilberberg diz que, diante da necessidade de “pensar” e “repensar” a noção de aspectualização, dará algumas “sugestões” teóricas (Greimas; Courtés, 1986, p. 23). Aliás, antes disso, em *Essai sur les modalités tensives*, ao falar sobre a noção de intencionalidade, ele propõe que poderia haver uma relação entre a aspectualidade, a tensividade e a foria. Desse modo, a transformação de uma junção, no nível formal, da disjunção para a conjunção corresponderia à passagem da incoatividade para a terminatividade, da tensão para o relaxamento e da disforia para a euforia (Zilberberg, 1981, p. 70). Com isso, a aspectualização poderia incidir não apenas sobre as três categorias enunciativas, mas também sobre a sintaxe narrativa e sobre as modulações tensivas. No verbete do segundo *Dicionário de semiótica*, Zilberberg defende que, dentro no nível aspectual, haveria um “nível *aspectal* (pressuposto)” e um “nível *aspectivo* (pressuponente)”, articulados como os “*funtivos de uma função*”, na acepção de Hjelmslev. Assim, enquanto no nível aspectivo haveria “incoatividade”, “terminatividade” e “duratividade”, no nível aspectal teríamos “limites” e “graus” (Greimas; Courtés, 1986, p. 23-24).

Essa flexibilização (e, nesse caso, complexificação) do conceito de aspecto permitiu a Zilberberg propor

um nível aspectual de análise semiótica. Em *Raison et poétique du sens*, fala-se também em nível missivo, tensivo, fórico, modal (Zilberberg, 1988, p. 97-113). O problema é que muitas dessas sugestões teóricas foram completamente abandonadas em trabalhos posteriores. A discussão sobre o “fazer missivo” ou sobre os dois funtivos da função aspectual, por exemplo, não se mostraram relevantes para a análise textual.

Agora, independentemente de todas as teorizações, muitas vezes díspares entre si, que podem ter nascido do estudo da aspectualização, uma coisa é certa: para haver aspectualização, é necessário que haja um actante observador que “avaliar” ou uma das três categorias enunciativas, ou a modalidade, ou a paixão, ou mesmo a axiologia. Para Bertrand, “a relação entre a imperfeição do parecer e o surgimento da perfeição como critério da apreensão estética” seria um caso de aspectualização axiológica (2003, p. 416). Além disso, da mesma forma que as paixões podem ser incoativas, iterativas ou terminativas, de acordo principalmente com as variações de andamento e tonicidade, as modalidades básicas, que não possuem continuidade temporal absoluta, podem ser concebidas como impulso à ação, como manutenção da competência, como meio de reavaliar as sequências narrativas, e assim por diante. Em todos esses casos, há um observador que estabelece um ponto de vista sobre o processo como um todo.

Esse observador “é o sujeito cognitivo delegado pelo enunciador e por ele instalado [...] no discurso-enunciado, onde é encarregado de exercer o fazer receptivo, e eventualmente o fazer interpretativo” (Greimas, 1983, p. 313-134).

Seus modos de presença no discurso são variados: ele pode estar implícito, reconhecível somente pela análise [...], pode ser estar manifestado pela indicação de um posto de observação, pode estar assinalado no texto por uma marca pessoal e um predicado perceptivo, sua atividade pode ser assumida por um ator inserido no enunciado (Bertrand, 2003, p. 425).

Ao considerarmos que os fenômenos aspectuais *lato sensu* dependem do observador, que, por sua vez, estabelece um ponto de vista que pode recobrir todo o discurso, chega-se à conclusão de que a intencionalidade, ao mesmo tempo, gera a aspectualização e é gerada por ela, já que a intencionalidade se manifestaria nos enunciados também pelas marcas aspectuais. Daí que se possa falar em aspectualização das paixões ou aspectualização das modalidades.

O problema das modalidades e das paixões, a despeito de tudo que já falamos, encontra-se sobretudo no nível narrativo. O aspecto é discursivo. É claro que Fontanille e Zilberberg têm razão ao lembrar que

a aspectualização e a modalidade são “operações que caracterizam o foco enunciativo” (Fontanille; Zilberberg, 2001, p. 246). Mas é preciso lembrar também que a aspectualização é convocada diretamente das precondições tensivo-fóricas para o estabelecimento do sentido, ou seja, dos níveis mais abstratos da análise semiótica, e chega ao nível discursivo, de onde se projeta novamente sobre esses níveis mais abstratos. Assim, a aspectualização não está exatamente no mesmo plano semântico narrativo das paixões, nem no sintático narrativo das modalidades. E o “foco enunciativo” depende de todos os níveis da análise semiótica.

As modalidades e as paixões, da maneira como têm sido estudadas, já funcionam como “instabilidades” para o analista. A aspectualização, ao projetar cadências — para ficar com a expressão de Brandt — sobre noções que já são instáveis, aumenta mais ainda a complexidade analítica dos fenômenos discursivos. Sabendo disso, fica difícil conseguir a monosemia e a monorreferencialidade desejada para esses três conceitos. Neste artigo, fica um inventário deles. E ficam também sugestões para que eles possam aclarar-se. ●

## Referências

- Barros, Diana Luz Pessoa de  
1988. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- Barros, Diana Luz Pessoa de  
1989-1990. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos. *Cruzeiro semiótico*. Porto, APS, v. 11-12, p. 60-73.
- Benveniste, Émile  
1989. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes.
- Benveniste, Émile  
1995. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp.
- Bertrand, Denis  
2003. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru, SP: Edusc.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso  
1956. *Dicionário de fatos gramaticais*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Câmara Jr., Joaquim Mattoso  
2007. *Dicionário de linguística*. Petrópolis: Vozes.
- Dubois, Jean et al.  
2001. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix.

- Fiorin, José Luiz  
1989. A lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator. In: Seminários do GEL, 18, 1989, Lorena. *Anais de seminários do GEL*. Lorena: Prefeitura Municipal de Lorena, 1989, p. 348-355.
- Fontanille, Jacques; Zilberberg, Claude  
2001. *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas.
- Greimas, Algirdas Julien  
1983. *Du sens II*. Paris: Seuil.
- Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph  
1979. *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.
- Greimas, Algirdas Julien; Courtés, Joseph  
1986. *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II*. Paris: Hachette.
- Greimas, Algirdas Julien; Fontanille, Jacques  
1993. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.
- Lalande, André  
1999. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maingueneau, Dominique  
1981. *Approche de l'énonciation en linguistique française*. Paris: Hachette.
- Maingueneau, Dominique  
1996. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zilberberg, Claude  
1981. *Essais sur les modalités tensives*. Amsterdam: John Benjamins BV.
- Zilberberg, Claude  
1988. *Raison et poétique du sens*. Paris: PUF.

---

## Dados para indexação em língua estrangeira

---

Calbucci, Eduardo  
Modalité, passion et aspect  
*Estudos Semióticos*, vol. 5, n. 2 (2009)  
ISSN 1980-4016

---

**Résumé:** *La complexité de l'analyse sémiotique est souvent expliquée par l'indésirable polysémie de certains concepts, qui ne sont pas employés dans la même acception par les différents analystes. Dans le but de faciliter l'emploi de quelques termes techniques de l'analyse discursive, cet article reprendra trois de ces concepts problématiques: la modalité, la passion et l'aspect. À partir des premiers travaux d'Algirdas Julien Greimas, jusqu'aux apports théoriques de la tensivité, de Jacques Fontanille et Claude Zilberberg, on essaiera d'établir des rapports et des distinctions entre les processus de modalisation et d'aspectualisation, par l'étude de l'intervention de ces processus dans la question des passions. On commencera par les modalités, en montrant comment, au départ, l'analyse modale était attachée au parcours du /faire/ dans le cadre des changements narratifs et comment, plus tard, l'étude du parcours de l'/être/ a ouvert la voie aux passions. Ensuite on discutera l'avènement des passions dans l'analyse sémiotique, étant donné que cette notion est étroitement liée au problème de la tensivité. Finalement on discutera l'aspect, d'abord selon une définition morphologique, et ensuite à la lumière d'un élargissement sémantique susceptible d'expliquer certaines significations de la notion d'aspectualisation. On prendra toujours soin de placer le débat dans le cadre du parcours génératif de la signification.*

**Mots-clés:** *modalité, passion, aspect, modalisation, aspectualisation*

---

### Como citar este artigo

Calbucci, Eduardo. Modalidade, paixão e aspecto. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: ( <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es> ), Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 5, Número 2, São Paulo, novembro de 2009, p. 70-78. Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 30/11/2008

Data de sua aprovação: 05/02/2009

---